

GEONÍMIA DO BRASIL: PESQUISA, REFLEXÕES E ASPECTOS RELEVANTES

Place Names of Brazil: Research, Reflections and Important Aspects

Paulo Márcio Leal de Menezes¹
Cláudio João Barreto dos Santos^{1, 2}

¹**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**
Depto de Geografia - Lab. de Cartografia (GEOCART)
Av. Brig. Trompowski, SN - 21941- Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ, Brasil
pmenezes@acd.ufrj.br

²**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**
DGC - Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais
Av. República do Chile, 500/ 15^o andar - 20031-070 - Rio de Janeiro - RJ, Brasil
claudiojoao@ibge.gov.br

RESUMO

Os nomes geográficos são testemunhos do povoamento, da cultura e da ocupação de um território. O estudo histórico dos topônimos, aos quais será associado o termo geônimo, permite o estabelecimento de uma genealogia da ocupação antrópica, bem como mostrar uma evolução da ocupação da área, através de sua densificação. A ligação natural da Geonímia com a Cartografia, se dá pelo estudo de mapas históricos e antigos, caracterizando-os como arquivos temporais para o seu armazenamento. Este trabalho tem por objetivo mostrar a importância do estudo dos nomes geográficos nos seus principais aspectos, bem como incentivar a retomada dos estudos e da pesquisa sobre a Geonímia do Brasil. Nesse contexto, levar-se-ão em consideração os aspectos geográficos, históricos, etnográficos e etimológicos da geonímia, na formação do território brasileiro. São também aqui abordados aspectos relacionados ao fornecimento de subsídios, para o estabelecimento de possíveis patentes ou marcas, as indicações geográficas, oriundas dos geônimos, e presentes de forma singular em cada porção do território brasileiro, com o escopo de proteger os arranjos produtivos locais, contra futuras e possíveis tentativas de registro de indicações geográficas nacionais, a partir de outros países. Pretende-se, desse modo, alentar e alertar os produtores locais, a respeito da possibilidade deste registro, na maior parte das vezes, desconhecida dos mesmos. Ao fim chama-se a atenção para a crucial importância, na implantação e efetivo funcionamento de uma Autoridade Nacional de Nomes Geográficos, que virá normatizar e proteger a geonímia nacional, hoje completamente à deriva, em matéria de disciplina na sua utilização.

Palavras chaves: Geonímia do Brasil, Nomes Geográficos, Toponímia, Indicação Geográfica, Autoridade Nacional em Nomes Geográficos, Banco de Dados de Nomes Geográficos.

ABSTRACT

Place names are testimonies of culture settlement and occupation of a territory. The historical study of the toponimy, which the term geonimy will be associated from now, allows establishing the genealogy of human occupation, as well as showing an evolution of area occupation, through its density. The natural link between Geonimy and Cartography goes to historical and old maps study, once they are characterized as temporary storage files. This paper aims to show the importance of place names study in all relevant aspects, as well as to motivate the retaking studies and researches on Brazilian Geonimy. In this way, the researches will be taken cartographical, geographical, historical, ethnographical and etymological aspects of geonimy in Brazilian territory genesis. It will be considered also geographical indications and its economical importance. At the end it is showed the importance to creating a National Authority of Geographical Names in Brazil, coming to normalize and to protect the national geonimy.

Keywords: Place names, Geographical Names, Data Base in geographical names, National Authority in Geographical Names.

1 – INTRODUÇÃO

A atividade de nomear acompanha a atividade humana desde tempos imemoriais. Nomeiam-se tanto os seres humanos, quanto os lugares. Cada povo devido a suas especificidades culturais, converte o ato de nomear num autêntico ato de registro civil, além do fato de se obter uma característica de singularidade na identificação das pessoas e lugares, possibilitando além disso, uma maior interação no seio do convívio do meio social. Dick (1990) assevera que: “cada povo tem as suas especificações” no dar os nomes “e no vivenciar os nomes dados”.

Nomes singularizam lugares, mas não os engessam *ad aeternum*. Existe uma evidente e clara dinâmica, principalmente com relação à nomeação dos lugares, que se apresenta de forma preferencial, ao sabor das injunções políticas e econômicas, fazendo-os evoluir, transformarem-se ou corromperem-se.

Segundo Furtado (1957), os nomes geográficos refletem a paisagem antropizada, através de uma personalização, individualizando e diferenciando de qualquer outra área e assim vindo a se constituir uma linguagem geográfica essencial, com sentido, significado e aceção próprias, dizendo muita coisa sobre o terreno e seu povoamento. Dessa forma pode-se antever a importância do seu estudo e significados para a Geografia e a Cartografia.

A área do conhecimento científico, ligada ao estudo dos nomes, é definida pela Onomástica, traduzida como o estudo dos nomes próprios. Divide-se em dois outros ramos: Antroponímia e Toponímia. A Antroponímia caracteriza o estudo dos nomes das pessoas e a Toponímia, o estudo dos nomes dos lugares, que, vista como descendente direta da Onomástica, é também denominada Toponomástica. Rostaing (1948) apresenta uma definição para a Toponímia, como a Ciência que se propõe a procurar a origem dos nomes dos lugares e também a estudar as suas transformações, mostrando que é bem mais ampla em sua finalidade.

Pode-se considerar a toponomástica como um sub-ramo de conhecimento da onomástica (“estudo dos nomes próprios” – Koogan/Houaiss, 1995). A Toponomástica traduz-se, portanto, no ramo do conhecimento que enfoca a “onomástica dos lugares”. Ainda segundo Koogan/Houaiss (*op.cit.*), Dick (*op.cit.*), mostra que ambas, Toponímia e Toponomástica, acham-se dentro de uma verdadeira relação de inclusão, em que aquela será sempre desta, uma parte de dimensões variáveis.

Uma segunda definição estabelecida por Furtado (1957), apresenta a Toponímia como o estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, bem como os rios, montes, vales, etc., - isto é, os nomes geográficos.

Etimologicamente, o vocábulo toponímia é formado por dois radicais gregos: *topos* + *onoma*, *topos* significa lugar e *onoma* nome. Constata-se portanto a clara presença de sinonímia entre os termos

topônimos e nomes geográficos, visto que os mesmos rotulam ocorrências geográficas, naturais ou antrópicas.

Os nomes geográficos são testemunhos históricos do povoamento de toda uma nação. Eles registram e sinalizam a passagem histórica de gerações, culturas, povos e grupos lingüísticos, que se sucedem na ocupação de uma dada porção territorial, indicando a antropização da paisagem e a conseqüente expansão do ecúmeno.

Pode-se verificar que os nomes geográficos passam a refletir o caráter de uma paisagem humanizada, através de uma personificação própria, que a individualiza e a diferencia de qualquer outra área. Passam assim a se constituir em uma linguagem geográfica fundamental, que dizendo muito do terreno e povoamento tem uma enorme importância para a Geografia e a Cartografia. Assim, “é indispensável recolher ou restaurar o vocábulo e o seu termo ou significado em sua expressão correta e íntima equivalência, para que os nomes geográficos, assim constituídos, definam ou auxiliem com precisão a fisionomia e a natureza da paisagem humanizada que se queira representar cartograficamente” Furtado (*op.cit.*).

Como os demais vocábulos, os nomes geográficos refletem a estrutura vertical ou dialetológica, que se pode avaliar como uma geologia lingüística, assim como a estrutura horizontal, ou geográfica-lingüística do idioma, balizando e delimitando uma dada área com uma determinada especificidade cultural, singularizando-a de certa forma Furtado (*op.cit.*).

A evolução da história com suas lutas e odisséias, assim como os traços culturais e mentalidade de uma época, retratam-se nos nomes geográficos, deixando implícitos nos mesmos, as camadas espaço-temporais, marcando-os através de múltiplas influências de caráter geográfico, histórico, sociológico, econômico, lexicográfico, antropológico, cartográfico, entre outras.

Dick (1980) mostra que esta área do conhecimento humano é antes de tudo, um complexo lingüístico-cultural imenso, de tal forma, que dados e informações das demais ciências necessariamente se interseccionam e, não, exclusivamente.

2 – NOMES GEOGRÁFICOS, TOPÔNIMOS OU GEÔNIMOS

Conceitualmente vale refletir com maior profundidade, sobre mais uma terminologia que abrange o estudo da nomenclatura geográfica. Refere-se ao termo **Geonímia** que lingüisticamente, segundo Houaiss(1999), pode ser conceituado da seguinte forma:

“A noção de topônimo *strictu sensu*, nome de lugar, deve nesse contexto ser ampliada, razão por que, na obra colegiada em que estivemos juntos com outros e o Autor [Antonio Geraldo da Cunha], preferimos

o neologismo **geônimo**, “nome próprio de qualquer acidente gráfico, físico ou político”; e sob a sábia direção de Alberto Passos Guimarães, elaboramos então a **geonímia** do Atlas Mirador Internacional, que por muitos respeitos passa a ser de valia notável para o aprofundamento dos estudos de toponímia-geonímia de origem brasílica, particularmente tupi ou tupinambá, já que busca, dentre outras coisas, dar aos antecessivos nomes que cada acidente geográfico nosso teve, dando-lhe, ademais, as *coordenadas geográficas de identificação*, mesmo daqueles que, pela escala e densidade dos nomes inscritos, não constem dos mapas”.

Assim, geonímia ou nomenclatura geográfica, deve ser entendida como os nomes próprios de lugares e acidentes geográficos, também tradicionalmente ditos toponímia e topônimos, respectivamente.

Neste estudo concorda-se com a ampliação do arcabouço conceitual proposta por Houaiss(1999), principalmente pela possibilidade aberta da representação gráfica do nome geográfico e da possibilidade de associação de coordenadas aos nomes geográficos.

Um enfoque possível que pode ser abordado em um estudo histórico, é estabelecido através da diacronia da nomenclatura cartográfica num contexto de representação cartográfica. Isto vem a significar uma clara forma de referenciar geograficamente as ocorrências da nomenclatura geográfica da superfície terrestre. Desta forma é estabelecida como importância fundamental, associar a coordenadas geográficas, quaisquer feições geográficas recorrentes na superfície terrestre.

Sendo então, os nomes geográficos, recorrentes no território e perfeitamente passíveis de serem localizados, através de suas coordenadas geográficas ou georreferenciados, será assumida neste estudo, a utilização do termo geonímia para retratar a ciência do estudo dos nomes geográficos. Esta visão deixa de forma bastante explícita em sua conceituação, a possibilidade da associação de coordenadas geográficas aos nomes geográficos, sendo assim, daqui por diante denominados **geônimos**.

Além disso, considera-se sob essa ótica, que o vocábulo Geo (Terra), em seu aspecto conceitual, é mais abrangente que o vocábulo Topos (lugar), no sentido do assentamento na ocorrência dos nomes geográficos sobre a superfície terrestre e passível de representação cartográfica, a partir de referenciais terrestres..

O termo **geônimo** neste estudo fica então conceituado como: os nomes geográficos identificadores de quaisquer feições geográficas naturais ou antrópicas, recorrentes sobre a superfície terrestre e passíveis de serem georreferenciadas.

Deve porém ficar bem esclarecido que essa escolha não passa a ignorar a importância fundamental do termo Toponímia e seus associados, já consagrada como área do conhecimento científico desde o século

XIX com August Longnon, na França, e largamente utilizado em brilhantes estudos posteriores sobre a temática em tela, estabelecidos por Dauzat, Backheuser, Muret, Rostaing, Leite de Vasconcelos, FURTADO (1957), DICK (1980; 1990), dentre outros.

A escolha pelos termos geonímia e geônimo na identificação dos nomes geográficos, deve-se única e exclusivamente pela opção dos autores, em função da ênfase que se deseja dar para a importância do georreferenciamento dos nomes geográficos, singularizando-os no território, e também, possibilitando-lhes uma identificação unívoca sobre a superfície terrestre, passível portanto, de armazenamento em ambiente de banco de dados geoespaciais.

Dick (op.cit.) reporta da possibilidade da utilização de outro termo utilizado na conceituação da temática em tela, denominada por Coronímia. Esta sugestão foi elaborada em 1966, a partir de artigo escrito pelos canadenses Henri Dorion e Louis Hamelin, que propuseram a substituição terminológica da disciplina, no seu entendimento, “por englobar uma gama mais extensa de fenômenos e um campo mais amplo de pesquisas, como a análise de diferentes partes do espaço terrestre, extraterrestre e submarino, além dos nomes de estabelecimentos comerciais e de ensino e de edifícios residenciais”. O termo foi registrado, a título de sugestão, pela II Conferência das Nações Unidas para Normalização e Padronização dos Nomes Geográficos de 1972.

3 – GEONÍMIA, CARTOGRAFIA E GEOGRAFIA

Desde o estabelecimento da humanidade sobre a superfície terrestre, sempre foi procurada a identificação, de alguma forma, dos locais mais significativos, marcando sua presença no planeta. Pode-se afirmar, portanto, que todos os locais que possuem alguma significância para o homem são conhecidos por um nome que os identifique de forma unívoca.

Dessa forma, qualquer porção da superfície terrestre ou quaisquer feições geográficas recorrentes no espaço geográfico, não identificadas por um nome, poderia levar a admitir a sua não existência como lugares conhecidos e vivenciados pela sociedade humana. Seriam formas amorfas, simples componentes da litosfera ou hidrosfera terrestre. Lugares *inexistentes*, sem o *status* do *lugar cidadão* que todo local nomeado possui.

A Cartografia, através da construção das cartas e mapas, torna-se um modelo de representação de todas as ocorrências marcantes na superfície terrestre, assume o papel de tornar-se o registro e a certidão de nascimento das feições geográficas, que marcam a passagem do homem sobre a superfície de nosso planeta.

A partir do primeiro registro de um geônimo num documento cartográfico, seria como se a feição

terrestre aí denominada, nascesse para a sociedade, e a partir de então, fosse reconhecida como uma ocorrência com uma existência real. Algo que possui uma identidade e um correspondente registro legal. Alguém poderia imaginar um mapa ou carta sem os geônimos? Seriam como correspondências em branco. Mapas mudos, sem a identificação geonímica, as representações cartográficas nada comunicariam a respeito das marcas da humanidade sobre a face da Terra.

Qualquer ocorrência terrestre é nomeada, a partir do instante do tempo em que reflete alguma significância de identidade e conseqüente motivação, relacionada a quem a adotou. Esse significado poderá assumir aspectos diferenciados, relacionados de forma preferencial aos jogos do poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos.

A seguir são apresentados alguns exemplos, os quais avalia-se aqui, tornam-se interessantes para esclarecer de forma mais alentada e com mais profundidade, as diferentes vertentes de significados assumidas pelos nomes geográficos, no contexto do grupo social que os adota.

Na cidade de Mossoró (RN), existe um grupo familiar que há décadas possui o domínio político e de poder locais, os Rosado. De onze pleitos municipais, desde 1948 até hoje, só perdeu uma eleição. Uma das estratégias utilizadas pelo grupo familiar, para legitimar o poder e a apropriação política daquele território, é fazer da cidade uma geografia de uso político, naturalmente em benefício próprio. Felipe (2000), explana que esta apropriação também se dá pela nomenclatura dos lugares:

“... uma marca que mapeia a cidade levando o nome dos Rosados, para nomear ruas, praças, bairros, logradouros, conj. habitacionais, escolas, auditórios, instituições e monumentos”

“... Essa marca que se apropria da cidade não se fez só, ela se apóia e divide a nomenclatura que se lê nessa geografia, com a história – a memória – as rugosidades que sustentam o imaginário social. As imagens retiradas daí são de liberdade, bravura, resistência que se espalham no nome das ruas, praças, logradouros públicos, instituições públicas e privadas...”

“... essa geografia expressa nas formas da cidade se completa com o nome dos heróis, os fundadores da cidade, os comerciantes – sua primeira elite, os abolicionistas, aqueles que retomaram o “sonho cosmopolitano” e os que resistiram ao bando de Lampião...”

Dessa forma o nome do clã dos Rosado aparece mapeado, em nada mais nada menos do que cerca de setenta logradouros na cidade de Mossoró, dentre ruas, avenidas, praças, aeroporto, clínicas, auditórios, centros culturais, bairros, conjuntos habitacionais etc. Uma explícita forma de manutenção da hegemonia do poder, numa de suas vertentes de legitimação mais apropriadas, qual seja: através dos

nomes geográficos recorrentes no território e legitimados pela representação cartográfica.

Deve ser levado em conta, que um nome geográfico que conste de um mapa ou carta topográfica, elaborada pelos órgãos federais, IBGE ou DSG (Diretoria de Serviço Geográfico), passa a ser reconhecido e aceito como oficial.

Cite-se também o caso da mudança dos nomes das cidades do Casaquistão, após a sua independência da Rússia. Os nomes das cidades passaram da língua russa para a língua natal casaque, claro exemplo de afirmação da identidade nacional, onde o nome geográfico atua com a clara função da afirmação da nova hegemonia nacional naquele país. Ou ainda o caso da hebraicização dos nomes dos rios, montanhas e cidades de Israel, após 1948. Tel Rabia, fundada em 1909, passa a chamar-se Tel-Aviv e a antiga Um Haled passa a Netanya. Objetivos claramente políticos e de afirmação de poder, mostrando como através das modificações da geonímia, fica facilitada a tarefa de dar visibilidade à Terra de Israel, reiterando a língua como herança histórica e fornecedora da identidade nacional (CORRÊA & ROSENDHAL, 2003).

O simples conhecimento do processo de nomeação dos lugares pode por si só, sinalizar novos enfoques sobre estudos históricos e geográficos no amplo espectro num dado contexto regional, e sobre o próprio significado da geonímia no sentido etimológico e dos sentimentos envolvidos, no âmbito das povoações quando nomeiam os lugares onde vivem. Essa relação sentimental é conhecida como topofilia.

Topofilia aqui conceituado de acordo com Tuan (1987), como sendo :

”... o elo efetivo entre a pessoa e o ambiente físico em que vive e atua.....são variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam a superfície da terra...nem dois grupos sociais idênticos fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente em que vivem”.

É possível também, existir topofilia associada a micro-locais como um bairro, rua ou até esquinas. O caso do morador da Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro é um exemplo ímpar. Único bairro da cidade do Rio de Janeiro que possui um gentílico, o tijucano típico, realmente possui uma identificação singular com o bairro.

Reporta Oliveira (2004), que um legítimo filho da Tijuca nunca fala que é da Zona Norte, definitivamente não faz parte da Zona Sul e adora a Barra da Tijuca. A autora cria até uma tipologia para aqueles que de alguma forma tem ou tiveram alguma relação com o bairro.

O estudo empreendido por Oliveira (1970), ao levantar as origens psicossociais dos topônimos brasileiros a partir do mapeamento da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM), destacou uma tipologia motivacional dos nomes geográficos no Brasil. Uma destas denominou “Otimismo”, cuja definição refere-se:

“... às denominações que o povo dá a uma fazenda ou a um rio, a uma serra ou a uma praia, extraindo da alma todos os seus sentimentos generosos.”

Ainda segundo o estudo em tela:

“...É extensa a quantidade dos rios Grande, Campo Grande, Várzea Grande, etc. Quem já não ouviu falar num Mundo Novo, num Engenho Novo, ou numa Igreja Nova? Boa Vista se aplica a todos os tipos de topônimos. Enquanto há poucas denominações como Escuro, Fechado, Torto, Pequeno, Baixo, Sujo, Feio, Pobre, etc. é interminável a variedade de adjetivos como Claro, Verde, Azul, Alto, Largo, Formoso, Bom, Doce, Rico, Bravo etc., bem como de topônimos chamados Aurora, Boa Esperança, Bom Sucesso, Bom Retiro, Bom Futuro, Fartura, Fortaleza, Jardim Felicidade, Terra Verde, Triunfo, Boa União, Vitória etc.

O que o leva a concluir pelo “... caráter otimista e grandiloqüente da psique brasileira.”

Ao examinar os 35.326 topônimos da CIM, pela classificação individual, a de ocorrência majoritária encontrada é o topônimo “... Grande”, levando Oliveira (*op. cit*) a concluir ainda que:

“O fato de a maioria dos nomes geográficos, deste país, conter a palavra grande não prova outra coisa que o complexo de grandeza do brasileiro.”

Afirma ainda Tuan (*op.cit*) que a interação entre as pessoas e os meios ambientes em que vivem, como respondem a ele, não pode ser conhecida diretamente no caso das cidades do passado – nem tampouco são conhecidos na maioria das metrópoles do mundo - porque não existem levantamentos, entrevistas e nem observações minuciosas a respeito desta temática.

No processo histórico da constituição dos territórios, a presença da legitimação através dos nomes geográficos grafados nos mapas históricos, também se torna digna de registro. Pela justiça histórica devida a Cristóvão Colombo, o nome do continente americano deveria se chamar Colômbia, numa justa homenagem àquele navegador genovês, que em 1492 aportou pela primeira vez nas Antilhas.

Porém a história tem também algumas artimanhas, pois o primeiro nome do continente denominado América, surgiu na edição de 1507 em um mapa de Martin Waldseemüller (1470-1521) que integrava o Grupo de *Saint-Dié*. Foi ele que homenageou Vespúcio, dando o nome de América ao continente descoberto por Colombo, como apareceu no texto *Cosmographia Introductio*, prefácio à sua edição da *Geographia*, de Ptolomeu, saída do prelo a 15 de abril de 1507, Miceli, (2002).

O nome dado por Waldseemüller foi rapidamente aceito e difundido. Apenas Bartolomeu de las Casas foi veemente ao propor, sem sucesso, o nome de Colômbia para o continente americano. Mais uma vez a Cartografia, desde tempos primórdios, tal qual um registro de certidão de nascimento, legítima de

maneira inequívoca, como o nome oficial do novo continente recém descoberto pela Europa, o primeiro geônimo grafado no mapa da região.

Qualquer ocorrência terrestre é nomeada, a partir do instante do tempo em que reflete alguma significância de identidade e conseqüente motivação, relacionada ao grupo social que a adotou. Esse significado poderá assumir aspectos diferenciados, relacionados de forma preferencial aos jogos do poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos.

Jogos políticos e de afirmação de poder, mostram que através da Geonímia, fica facilitada a tarefa de dar visibilidade aos povos e suas sociedades, reiterando-se a língua como herança histórica e fornecedora da identidade nacional.

O simples conhecimento do processo de nomeação dos lugares pode por si só, sinalizar novos enfoques sobre estudos históricos e geográficos no amplo espectro num dado contexto regional, e sobre o próprio significado da geonímia no sentido etimológico e dos sentimentos envolvidos, no âmbito das povoações quando nomeiam os lugares onde vivem.

A geonímia, portanto, constitui-se em relevante marca cultural no território e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento cultural de um povo. A geonímia articula linguagem, política territorial e identidade. Nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros, e logradouros têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não.

Em alguns países as questões relacionadas a normatizar a utilização da geonímia, são efetivadas de forma bem mais disciplinada do que no Brasil. Na França, a relação que chega do campo, onde é realizada a coleta primária dos topônimos, em operação denominada reambulação, segue direto para uma comissão que examina cada nome, ortografia e etimologia. Só após passarem pelo crivo da Comissão de Nomes Geográficos, os nomes são liberados para a produção cartográfica.

Nos Estados Unidos existe uma comissão de Nomes Geográficos fundada em 1890, a *Board on Geographic Names*. A missão principal desta junta é uniformizar a nomenclatura geográfica, orientando através de suas normas não apenas a grafia nos mapas e cartas, mas também os textos em que os mesmos aparecem RANDALL(2001).

No Brasil apesar de ter sido aprovada, ainda no ano de 1961, na Terceira Reunião Brasileira de Consulta sobre Cartografia, uma resolução que criava uma Junta de Nomes Geográficos, até hoje muito pouco se fez para normatizar este aspecto tão importante da cartografia brasileira, que é a sua Geonímia. De certa forma, os nomes geográficos no Brasil, pela falta de uma Junta ou Comissão que regulamente de forma inequívoca a Geonímia nacional, ficam totalmente desprotegidos e bastante vulneráveis

aos políticos de ocasião, de maneira especial, dos governos municipais.

Os governos municipais ao editar suas leis, acabam por atropelar Leis Federais que regulam a matéria relacionada à onomástica, de forma particular a toponomástica, como o Vocabulário Ortográfico Nacional, cujo gestor é a Academia Brasileira de Letras, e em última instância é quem deveria dar o veredicto final em quaisquer mudanças relacionadas a alterações nos nomes geográficos, pois foi a signatária nacional do Acordo Ortográfico com Portugal.

Torna-se imprescindível, portanto, criar no país, e o mais rápido possível, movimentos que venham a facilitar pesquisas nessa área do conhecimento humano tão importante quanto negligenciada, até hoje relegada num injustificável segundo plano, fato que não ocorre, como citado anteriormente, em outros países do mundo.

4 – INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O LADO ECONÔMICO DA GEONÍMIA

Por Indicação Geográfica, entende-se a forma jurídica de referir-se a produtos de qualidade única, manipulados e processados a partir de uma determinada região geográfica, com características singulares de clima, sazonalidade e cultura de produtividade própria.

As Indicações Geográficas constituem-se, portanto, em uma das formas especiais de proteção a bens imateriais ou intangíveis, residentes em uma das especialidades do Direito, a Propriedade Intelectual. O objetivo primordial será então, distinguir a origem de um produto ou serviço, através da diferenciada qualidade e/ou a excelência da manufatura dos mesmos, através da fama de uma região geográfica singular.

No Brasil, a lei que regulamenta o uso da Indicação Geográfica é a chamada Lei da Propriedade Industrial, número 9279 de 14 de maio de 1996, onde as indicações geográficas fazem parte do Título IV, parágrafos 178 a 182. Em um parágrafo único, constando no citado título, encontra-se preconizado que o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI- estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas brasileiras.

A citada lei estabelece, em seus artigos 177 e 178 respectivamente, que as indicações geográficas são classificadas de duas formas, a saber: a) denominação de origem b) indicação de procedência, conforme a transcrição seguinte:

“Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou

serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.”.

Depreende-se, portanto, que a denominação de origem caracteriza-se por uma determinada porção territorial, delimitada por uma divisão político-administrativa, conhecida e produtora de determinado bem, que possua influências singulares das características geográficas locais, bem como dos fatores culturais da comunidade, envolvida na produção daquele determinado produto. Verifica-se portanto, que a denominação de origem possui características únicas de um determinado local.

A indicação de procedência sinaliza por sua vez, para uma determinada porção territorial conhecida por produzir determinado bem, não ocorrendo neste caso, a obrigatoriedade da presença de características geográficas locais, ou de uma cultura de produção local singular. Depreende-se, portanto, que poderá existir mais de uma indicação de procedência para um determinado produto. Por ex: Chocolates de Gramado, Chocolates de Canela; Queijos de Minas Gerais, Queijos de Nova Friburgo, Doces de Campos etc.

Esse conjunto de ocorrências irá gerar bens portadores de atestados com certificação de qualidade, os quais afirmam sua origem, e garantem o controle rígido de suas características únicas.

Estas características singulares, decerto farão com que estes produtos ganhem uma condição diferenciada tanto no que concerne a sua qualidade, quanto ao valor médio dos concorrentes no mercado. Função da confiança depositada na marca do produto, que de *per si* é sinônimo de qualidade e respeito ao consumidor.

Na Europa as indicações geográficas são comuns há décadas. Existem mais de três mil marcas de produtos europeus protegidos sob esta égide. As indicações geográficas no velho continente, já ganharam peso de ouro. Para nos restringirmos ao universo da língua portuguesa, encontramos em Portugal 107 nomes geográficos protegidos (até sete de setembro de 2004), dos quais 92 a nível comunitário.

O Brasil, apesar dos muitos Arranjos Produtivos Locais espalhados pelo país, possui apenas dois produtos com os nomes protegidos no INPI por indicação geográfica: “Vale dos Vinhedos” e “Cafê do Cerrado”. A pouca difusão das possibilidades de se estabelecerem outras indicações geográficas no Brasil, junto a produtores interessados, facilita que outros países, por vezes, procurem apropriar-se de geonímia genuinamente brasileira, como por exemplo: “cupuaçu”, “rapadura”, dentre outros.

Por falta de uma Autoridade Nacional em Geonímia que se responsabilizasse por disseminar junto aos Arranjos Produtivos Locais a possibilidade do registro no INPI das indicações Geográficas, conseguiu-se proteger, por decreto presidencial em 2002, as seguintes indicações geográficas : “cachaça” e “cachaça do Brasil”, as quais, também corriam perigo

na época, de tornarem-se adotadas e possuídas por outros países.

5 – CONCLUSÕES

O presente trabalho se propõe estabelecer um marco para a retomada dos estudos, publicações e desenvolvimento de pesquisas sobre a Geonímia do Brasil, na agenda de uma futura rede de pesquisadores em Geonímia, englobando uma comunidade inter e multidisciplinar, bem como multi-institucional, pois os nomes geográficos, em conjunto com o posicionamento geo-espacial, são requisitos fundamentais para a qualidade do mapeamento de referência do país e respectivas bases de referência. Por outro lado o conjunto dos geônimos de um país, é hoje reconhecido como importante patrimônio cultural de uma nação, especialmente num contexto de redes mundiais e de proteção da propriedade intelectual de nomes únicos, por meio das indicações geográficas.

Ciente de que a eficácia de muitos sistemas depende diretamente da padronização do conjunto geonímico de cada país, a ONU realiza desde 1962, no âmbito do Conselho Econômico e Social, conferências quinqüenais que produzem recomendações e estudos regulares sobre o tema. O Brasil compareceu a essas conferências até 1998, tem participado de projetos conjuntos com o IPGH (Instituto Pan-americano de Geografia e História) – foi sede da Conferência Sul-Americana de 1973 e apoiou a capacitação em nomes geográficos em 1992.

Ressalta-se e reitera-se, que a ausência de padronização da geonímia gera, entre outras conseqüências, carência de subsídios para documentação e litígios em questões fundiárias e territoriais.

A implementação de um projeto de pesquisa sobre Geonímia do Brasil permitirá restaurar, com base em conceitos renovados, o valor sociocultural e histórico dos geônimos, reativar o interesse pela preservação e o resgate da geonímia brasileira, além de reinserir o Brasil na agenda dos países que participam das discussões internacionais e produzem atividades e relatórios regulares sobre o tema.

Um dos pilares de sustentação de futuros projetos de pesquisa no campo dos nomes geográficos, que objetiva realçar e auxiliar na materialização da importância da Geonímia do Brasil, colocando-a no seu devido patamar, traduz-se na implantação no âmbito do IBGE, do Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB). Este banco de dados deve contemplar as principais fontes da informação, legislação associada, data de vigência, motivação, etimologia, histórico, variantes ortográficas, históricas e nomes alternativos, indicação de proteção de propriedade intelectual, abonações, posicionamento, observações relevantes de sua representação, entre outros atributos.

Dos diversos potenciais subprodutos do BNGB se destacam a disponibilidade de consulta interativa especializada, listagens e/ou mapas de

topônimos por classes, dicionários de nomes geográficos, *gazetteer* (índice de nomes geográficos com a correspondente localização), etc. Por sua importância nacional e internacional, entende-se que o BNGB deve ser assumido como um projeto institucional do IBGE, inserido na produção de dados de Geociências.

Por outro lado a pesquisa acadêmica em campos diversos, tais como Linguística, Geografia e Cartografia, integrada por Universidades que já possuam tradição de pesquisa na área (USP – Linguística), ou estejam iniciando em outras áreas (UFRJ – PPGG – Programa de Pós-graduação em Geografia), consolidando a interface Cartografia e Geografia Histórica, permitirá a consolidação da base científica da Geonímia e a alimentação espaço-temporal do BNGB.

A consolidação da rede de pesquisa em Geonímia se apóia na *expertise* dos seus componentes nas ciências de mapeamento; produção de dados e informações geoespaciais; linguística; filologia e pesquisa em Geociências. Algumas instituições interessantes para comporem a rede de pesquisa em Geonímia no Brasil são: IBGE, Academia Brasileira de Letras, Universidades, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Antonio Houaiss, Academia Brasileira de Filologia, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Defesa e outras que possam efetivamente contribuir para a normatização e divulgação da Geonímia no Brasil.

Este, ainda nascente, nicho de pesquisa é naturalmente empolgante e óbvio, não se esgotando no âmbito dessas reflexões iniciais. Deseja-se em futuro não muito distante, o retorno às pesquisas mais profundas sobre o assunto em pauta, hoje tão carente de estudiosos, principalmente no Brasil. Que os futuros pesquisadores, adotem debruçar-se sobre os estudos em Geonímia com mais profundidade e atenção, procurando explorar ao máximo todas as motivadoras possibilidades de pesquisas, oferecidas aos interessados pela temática aqui explanada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLEO, M. P. – Os Nomes Étnico-geográficos e as Alcinhas Coletivas, Seu Interesse Lingüístico, Histórico e Psicológico. **Separata de BIBLOS V. XXXI**, Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1956

CORRÊA, R.L. & ROSENDHAL Z. **Introdução a Geografia Cultural**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2003. 224 p.

DICK, M. V. P. A **A Motivação Toponímica - Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos**. Orientador: Carlos Drumond. Universidade de São Paulo, USP, Brasil Doutorado em Lingüística. Tese de Doutorado. 1980.

DICK, M. V. P. A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. 1ª. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado., 1990. 387 p.

FELIPE, J. L. A. **Memória e Imaginário Político na Reinvenção do Lugar. Os Rosado e o “País de Mossoró”**. Dissertação de Mestrado. PPGG. UFRJ, Rio de Janeiro. 2000.

FURTADO, S. S. **Toponímia e Cartografia**. Curso de Formação de Topógrafos, Rio de Janeiro, 1957.

HOUAISS, A. **Notas do prefácio-estudo de Antonio Houaiss ao livro Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi (Autor Antonio Geraldo da Cunha)**. Melhoramentos. São Paulo. Editora UnB. Brasília, 1999.

MICELI, P. C. **O Tesouro dos Mapas: A Cartografia na Formação do Brasil**. São Paulo, SP: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. 339 p.

OLIVEIRA, C. As origens psicossociais dos topônimos brasileiros. **Boletim Geográfico**. v. 29, n. 215 mar/abr. Rio de Janeiro. 1970.

_____. **Curso de cartografia moderna**. IBGE. Rio de Janeiro. 1970. 152p.

OLIVEIRA, L.R.C. **Tijuca de rua em rua**. Edição Rio Sociedade Cultural Ltda. Rio de Janeiro. 2004

RANDALL, R. R. – **Place Names, The Scarecrow**. Press Inc, Lanham, USA, 2001.

ROSTAING, C. **Lês Noms de Lieux**. 2ª ed. Vendôme, Presses Universitaires de France, (Coleção Que Sais-Je, nº176) 135p. Paris. 1948.

TUAN, Y. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.